

# “SONORAS MORDAÇAS”: FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO MERCANTIL

“SONOROUS GAGS”: FORMS OF VIOLENCE AGAINST UNIVERSITY PROFESSORS IN FOR-PROFIT PRIVATE HIGHER EDUCATION

“SONORAS MORDAZAS”: FORMAS DE VIOLENCIA CONTRA PROFESORES UNIVERSITARIOS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR PRIVADA Y MERCANTILIZADA

*Isael de Jesus Sena\**

*Marcelo Ricardo Pereira\*\**

*Leandro de Lajonquière\*\*\**

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as formas de ameaças e violências vivenciadas por professores que atuam em instituições de ensino superior de caráter mercantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual entrevistamos docentes que lecionavam em IES pertencentes a conglomerados educacionais de capital aberto na Bolsa de Valores. Buscamos compreender o lugar do professor e os efeitos subjetivos da mercantilização da educação superior. A incidência do *ethos* corporativo aplicado à docência tem restringido a capacidade de expressão dos professores, funcionando como “sonoras mordaças”, em alusão a Sartre lendo Fanon. A submissão docente tem gerado sentimentos de perseguição e hipervigilância com espectro paranoide, além de desconfiança, insegurança e incerteza, uma vez que a faculdade, comparada a um balcão de negócios, impõe a necessidade de manter o consumidor/aluno satisfeito. Esse modelo de formação universitária produz docentes submissos e anestesiados pela incapacidade de contestação, levando-os, por fim, a uma demissão subjetiva.

**Palavras-chave:** professor, ensino superior, mercantilização, violência simbólica, autoridade.

\*Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). isael.sena@pro.ucsal.br

\*\*Professor Titular de Psicologia, Psicanálise e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). marcelorip@hotmail.com.

\*\*\* Doutor em Educação pela UNICAMP, Livre-docente em Filosofia da Educação pela USP e em Psicologia pela Paris 8. Atualmente desenvolve docência e orientações de doutorado na USP e em Paris 8. Bolsista Pq do CNPq. ldelajon@usp.br

#### ABSTRACT

This article aims to analyze the forms of threats and violence experienced by professors working in for-profit higher education institutions. This is a qualitative study based on interviews with faculty members employed at higher education institutions (HEIs) owned by publicly traded educational conglomerates. We seek to understand the position of professors and the subjective effects of the commodification of higher education. The imposition of a corporate ethos on teaching practices has curtailed professors' capacity for expression, functioning as "sonorous gags," in reference to Sartre reading Fanon. Faculty submission has engendered feelings of persecution and hypervigilance with paranoid traits, as well as distrust, insecurity, and uncertainty, as the university—now akin to a business counter—demands the constant satisfaction of the consumer-student. This model of university education produces submissive and anesthetized professors, paralyzed by an inability to contest, ultimately leading to a process of subjective resignation.

**Keywords:** Professor. Higher Education. Commodification. Symbolic Violence, Authority.

#### RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar las formas de amenazas y violencias vividas por docentes que trabajan en instituciones de educación superior mercantilistas (IESM). Se realizó una investigación cualitativa entrevistando a profesores que impartían clases en IES pertenecientes a conglomerados educativos que invertían en la bolsa de valores. Se buscó comprender el papel del docente y los efectos subjetivos de la mercantilización de la Educación Superior. La incidencia del ethos corporativo aplicado a la enseñanza ha restringió la capacidad de expresión de los docentes, funcionando como "mordazas sonoras" en alusión a Sartre leyendo a Fanon. La sumisión docente ha generado sentimientos de persecución e hipervigilancia con un espectro paranoico, además de desconfianza, inseguridad e incertidumbres, a la vez que la universidad, comparada con un mostrador de negocios, impone la necesidad de mantener satisfecho al consumidor/estudiante. Ese modelo de formación universitaria produce docentes sumisos y anestesiados por la incapacidad para contradecir, lo que, en última instancia, los lleva al despidio subjetivo.

**Palabras clave:** Profesorado. Enseñanza superior. Mercantilización. Violencia simbólica, Autoridad.

## 1 A UNIVERSIDADE HODIERNA RENDIDA À LÓGICA DO MERCADO

Neste artigo, nós nos propomos a analisar modos de ameaças e violências que são vivenciados por professores que trabalham em instituições de ensino superior de caráter mercantil, cuja incidência do *ethos* corporativo aplicado à docência tem produzido efeitos subjetivos, como privar o professor de se enunciar, funcionando, assim, como “sonoras mordanças”, em alusão a Sartre lendo Fanon.

Este estudo deriva de nossa pesquisa “Os impasses do ensino superior privado brasileiro: o professor e a perversão do laço formativo” (Sena, 2020a), a qual teve como problema interrogar: considerando o quadro institucional atravessado pela lógica mercantilista aplicada à formação universitária, por que o professor permanece nessa situação? Trata-se de uma pesquisa qualitativa<sup>24</sup>, que teve como operador de leitura os estudos psicanalíticos educacionais e da formação docente. Utilizamos a entrevista semiestruturada e escutamos 42 (quarenta e dois) professores de diversas áreas do conhecimento que exerciam a docência em estabelecimentos de ensino superior privado de caráter mercantil, em uma capital do Nordeste, ou seja, empresas de capital aberto que compõem grupos educacionais submetidas à Bolsa de Valores. Nessas entrevistas, exploramos aspectos como a relação do professor com a instituição, suas relações com os estudantes e a posição do professor face à introdução massiva das tecnologias digitais.

Nesse contexto, a mercantilização da educação superior tem se tornado um negócio potencialmente lucrativo, o que nos permite questionar os objetivos da universidade contemporânea, orientada pela racionalidade do mercado, e, ao mesmo tempo, os efeitos subjetivos sobre os professores. A universidade, como uma instituição de formação secular, tem responsabilidade perante o futuro e as gerações vindouras. Atualmente, as instituições de ensino superior desempenham um papel central na discussão dos grandes temas do século, desde a proteção do planeta Terra e a sustentabilidade até a compreensão das mudanças tecnológicas e a defesa da vida humana. Assim, espera-se que a universidade seja capaz de

---

<sup>24</sup> A pesquisa seguiu os trâmites das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos, outorgadas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa (COEP)/UFMG, sob o número CAEE –66241417.0.0000.5149

se inserir na sociedade e assumir sua contribuição cívica, sob o risco de se tornar irrelevante (Nóvoa, 2019).

Nesse contexto de transformações, o fenômeno da globalização provocou, em todos os continentes, a expansão de um mercado que influenciou as políticas educacionais, considerando-se posicionamentos ideológicos e políticos recentes, os quais definiram o cenário da educação nas últimas décadas do séc. XX e nas primeiras do séc. XXI. No Brasil, esse fenômeno ocorre em um cenário contraditório, pois, de um lado, observa-se a redução perversa dos investimentos públicos no setor por parte do Estado e, de outro, a consolidação de um mercado de educação superior. Essa configuração, frequentemente, envolve grandes empresas multinacionais que gerenciam a educação superior por meio de mantenedoras de capital internacional, promovendo transformações prejudiciais aos seus fins sociais e intensificando a mercantilização desse nível educacional (Souza; Santos, 2023).

Considerando-se tais transformações econômicas e políticas, Chauí (2003) nos recorda que o Estado definiu setores e serviços que não lhe são considerados exclusivos, a exemplo de educação, saúde e cultura. Essa intervenção política passou a justificar que:

a) a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não é só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social, e não como uma instituição social (Chauí, 2003, p.6).

Desde o processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 1990, observa-se o crescimento gradual do ensino superior, especialmente em determinados nichos das instituições privadas, atualmente marcadas por seu caráter mercantil. Essa expansão é frequentemente justificada, nos últimos anos, como uma forma de garantir diferentes possibilidades democráticas de acesso à universidade. É inegável que se trata de um processo historicamente situado. Nota-se que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) implementou um conjunto de políticas públicas que viabilizaram a expansão dos sistemas de ensinos primário e secundário, impactando também as matrículas no nível universitário. Em continuação ao trabalho do governante anterior, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) também foram responsáveis pela expansão do sistema federal de ensino e por expressivas matrículas nos ensinos público e privado. O lema do governo de esquerda visava possibilitar a construção de um laço social a partir da oferta de acesso à

educação em todos os níveis de ensino, principalmente para os grupos de origem popular (Sena, 2020b).

Na virada dos anos 1990 para os anos 2000, o momento era de crescimento vertiginoso para algumas poucas Instituições de Ensino Superior (IES). Esse foi o caso da carioca Estácio de Sá, que aumentou naquele período o número de estudantes matriculados de 23,6 mil para 34 mil. Porém, para a maior parte das IES filantrópicas e confessionais de menor porte, o cenário era de austeridade e de compressão dos salários das famílias, resultado de mais de uma década de políticas de ajustes neoliberais (Seki, 2021). Nessa época, instaurou-se uma crise no ensino superior privado, levando muitas instituições educacionais à beira da falência, com centenas delas disponíveis para venda no início dos anos 2000. Essa massa de instituições constituiu a base material sobre a qual grandes grupos educacionais puderam expandir-se de forma inorgânica, por meio de fusões e aquisições.

As raízes desse complexo processo se encontram nas políticas econômicas, nas formas específicas de organização do setor, nos mecanismos de financiamento que concentraram capitais monetários em busca de valorização financeira e nas articulações políticas que envolveram o alto escalão dos governos daquele período, com a fração capitalista em ascensão (Seki, 2021). Os conglomerados educacionais derivados dessas novas fusões entre instituições isoladas visaram alcançar jovens de origem popular como público prioritário a ser explorado. Com isso, “visando, assim, a responder à meta da inclusão, no ensino superior, de jovens, principalmente daqueles oriundos de segmentos menos favorecidos” (Sena, 2021, p.194).

No ano de 2010, foi publicado o documento Carta de Florianópolis<sup>25</sup>, elaborado pelos dirigentes do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, que selaram um pacto assinado no Congresso Brasileiro de Educação Superior Particular. Entre diversas metas estabelecidas para o setor educacional, destacaram-se dois objetivos: “desenvolver, em parceria com o Governo Federal, por meio de incentivos integrados e conjuntos, um programa de apoio aos jovens oriundos das classes de renda “C”, “D” e “E” que apresentassem condições de frequentar o ensino superior”.

---

<sup>25</sup> A carta foi elaborada no III Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular – o setor privado como ator e parceiro na Construção do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020. O evento foi realizado em Florianópolis-SC, em abril de 2010. A Carta de Florianópolis está disponível no site: “[www.forumensinosuperior.org.br](http://www.forumensinosuperior.org.br)”.

A “inclusão” na universidade como forma de luta pelo reconhecimento de minorias sociais mostra o quanto a instituição vem sendo requisitada não somente a ampliar suas formas mais democráticas de acesso, mas também a promover a igualdade de oportunidades. Se, até em décadas recentes, a universidade era um nicho de uma elite, o desafio consiste em mantê-la alinhada aos seus principais fundamentos com fronteiras sociais menos rígidas (Sena, 2020). A atenção dos governos aos jovens de origem popular indicava, por um lado, o retorno do recalcado e, por outro, observa-se:

a ânsia punitiva contra os pobres em ascendência e amplia-se a clivagem daqueles que renegam a realidade das injustiças sociais e da necessidade revolucionária de se investir em políticas de direitos humanos para combater tais injustiças. As nações mais desenvolvidas só mudaram quando investiram num projeto de educação pública em todos os níveis (Arreguy & Montes, 2019, p. 248).

A política de expansão da educação superior, além de ter impacto direto no crescimento quantitativo do sistema (número de instituições, cursos, vagas, matrículas, pessoal docente, discente e técnico-administrativo, entre outros), também impactou a diversificação e diferenciação institucional, a redefinição de atribuições, as funções e características de cada tipo organizacional, seu tipo de gestão e nível de autonomia face ao governo central, bem como ao financiamento. Além desses aspectos, refere-se também à relação entre oferta pública e privada desse nível de ensino, às formas de acesso e seleção, aos processos de expansão e interiorização, ao trabalho e progressão na carreira docente, à natureza dos cursos de graduação e pós-graduação. (Dourado & Moraes, 2021).

Considerando os limites deste artigo, vamos analisar a expansão das instituições de ensino superior privadas que pertencem ao mercado da educação na Bolsa de Valores.

A inclusão de jovens historicamente excluídos do acesso à universidade, em busca de igualdade e reconhecimento, tem sido uma pauta central das políticas públicas educacionais e sociais nas últimas duas décadas, sofrendo variações conforme objetivos e interesses específicos de cada governo. A problemática das chamadas “mazelas sociais” no Brasil está diretamente ligada à forma como concebemos o laço social, geralmente marcado por mecanismos de segregação, como a crescente expansão do ensino superior privado lucrativo em detrimento da oferta pública, afetando principalmente os jovens das classes populares. Essa discussão reflete a maneira como, de fato, vivemos na pólis: muitos se apegam às formas de segregação, das quais não abrem mão, pois constituem um

ponto de gozo individual, ainda que, paradoxalmente, façam declarações e adotem posturas aparentemente contrárias (Sena; Lajonquière; Pereira, 2024).

Nesse contexto inclusivo, o mote do caráter de “exceção” de políticas educacionais, segundo nosso entendimento, tem sido utilizado majoritariamente pelos grupos empresariais no campo educativo como uma estratégia perversa para incluir, sob a forma de mercado, aqueles que estavam excluídos do acesso à universidade por conta de uma formação escolar de base “deficitária”, resultado do não império de um sonho de justiça que possibilite a todas as crianças e jovens irem a uma mesma e única escola. Em nome da necessidade de reduzir as desigualdades sociais, as próprias diferenças têm assumido uma dupla função tática na lógica da financeirização da educação superior: primeiro, mantêm-se como índice para inclusão; segundo, retroalimentam o fantasma segregacionista colonial sob a forma de um apartheid ao modo da sociedade brasileira às voltas com o ideal universalista republicano. Quando examinamos esses problemas, concluímos que, quando a política elege a diferença com base em essências identitárias, não há transformação de fato social, mas provavelmente simulacros (Sena; Lajonquière; Pereira, 2024).

Examinemos os detalhes. A “inclusão” de jovens oriundos da classe social popular se inicia através do acesso à universidade pública, seja por meio do sistema de cotas, seja pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), oportunidades geradas a partir da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Outro elemento igualmente importante foi a política de expansão das instituições federais colocadas em curso pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), um passo decisivo que contribuiu para a interiorização do ensino, pois ampliou as chances de oportunidades de acesso à universidade pública. O conjunto dessas políticas públicas implementadas pelos governos de esquerda teve como ideia central o esforço civilizatório para reduzir a desigualdade social por meio da construção de um laço social que possibilitaria a igualdade de direitos em uma instituição historicamente elitista (Sena, 2020b).

No entanto, é preciso interrogar o modo como ocorre essa “inclusão”. O acesso, dito democrático, às instituições de ensino superior privadas – como faculdades isoladas, centros universitários, entre outras – vem sendo feito com a oferta de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), além de contar também com o Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Trata-se de uma expansão financiada pelo Governo Federal. Ao

observarmos, especificamente, as características de parte significativa das instituições privadas de cunho estritamente mercadológico, constatamos que estão centradas no ensino, sem qualquer tradição de pesquisa. São estabelecimentos que constituem hoje parte dos conglomerados educacionais e possuem um caráter tão somente mercantil. Ademais, integram o capital externo, além de serem questionáveis quanto ao critério da qualidade da formação universitária (Sena, 2020b).

A partir de uma análise crítica dessa chamada “inclusão”, concordamos com Quiroga (2023), que argumenta que o problema não reside na expansão do ensino superior como um ideal democrático: a falácia está no fato de que as elites continuam a reproduzir uma estrutura que perpetua seus interesses, promovendo uma espécie de “segunda abolição” das condições que ainda afetam negros e pobres. Nessa direção, mostramos:

certo caráter dual foi transposto para a educação superior pela lógica do mercado. Os jovens menos favorecidos socialmente encontram em instituições privadas uma alternativa para alterar suas existências através do acesso ao diploma. Contudo, isso ocorre sob outro preço: o apagamento do desejo, a ponto de existir a “compra” do diploma. Mas, de modo contraditório, não possibilita que estudantes, considerando os percursos pessoais, façam a experiência formativa de modo igualitário sem os privilégios de uns em detrimento de outros. Em suma, é uma universidade recriadora do apartheid iniciado nos primeiros anos escolares (Sena; Lajonquière; Pereira, 2024, p.266).

A estratégia do mercado reduzida ao lucro é produtora de desigualdades, uma vez que o diploma, desvalorizado no mercado de trabalho, torna-se atestador de passado por uma pseudoexperiência formativa. A busca pelo reconhecimento torna-se uma luta desde cedo, visto que, em nossa democracia, os desfavorecidos, cifrados pela diferença, esbarram frequentemente em instituições educacionais construídas por barreiras segregacionistas. A expansão desenfreada do setor mercantilista de educação, através de instituições de ensino superior privadas que pertencem a empresas de capital aberto, não é novidade pelo foco em atingir altos lucros, expandir-se e projetar altas taxas de crescimento. Além disso, atuam por dentro dos governos, apropriando-se do orçamento público da educação. De acordo com a lógica do mercado, as empresas acirram a disputa por captação de alunos, aquisições e fusões e migração para o ambiente virtual. Esse cenário altamente competitivo é regido pelas próprias leis de mercado.

Observa-se, nesse contexto, uma ameaça à sobrevivência até de grandes instituições tradicionais e comunitárias de ensino. Nesse mar aberto para

as grandes companhias com ações em bolsa, o ideário mercantilista vem antes do ensino, pesquisa e extensão, da autonomia docente, entre outras diretrizes que norteiam uma educação de qualidade (Camargo, 2021). Com isso:

impôs-lhes [às faculdades] uma agenda de “formação” destinada a satisfazer a carteira de encomenda de quadros conforme os padrões instituídos pelo mercado, sabendo que a este interessa o trabalho flexível, barato, com carga horária elevada e salários baixos, executado por quadros submissos e anestesiados pela incapacidade de contestação (Bento, 2016, p. 143).

Além do professor comprometido em satisfazer a demanda de “preparar” os jovens clientes para o mercado de trabalho, mas sob o risco de terem seus diplomas desvalorizados, Camargo (2021) aponta que a família também paga o preço dessa lógica de expansão mercantilizada, pois, como são consumidores, recebem de um certo nicho de faculdades um ensino de baixa qualidade. Os professores, que são trabalhadores da educação, são impactados pelo processo de adensamento do uso de tecnologias, por exemplo, com robôs corrigindo provas. Esse cenário de flexibilização dos regimes de trabalho implica perda da autonomia, baixa remuneração e degradação das condições de trabalho.

Esses conglomerados de instituições que desprezam o índice da qualidade da formação não podem ser avaliados pelo mesmo crivo e critério de outros processos formativos que, ao longo de décadas, vêm sendo desenvolvidos, por exemplo, as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) e outras instituições reconhecidas pelo seu legado histórico, que concilia, em sua tradição, um ensino articulado com a produção de pesquisas e com as práticas de extensão. Reconhecemos também que essas instituições confessionais, filantrópicas e comunitárias buscam, na atual configuração, sustentar um trabalho sério, a despeito da atual concorrência perversa no mercado da disputa pela formação acadêmico-profissional, em que a redução do preço da mensalidade, a custos módicos, torna-se um chamariz para qualquer cliente, ratificando a máxima de que “tem valor porque vende bem” (Sena, 2020b, p. 426).

Nessa perspectiva, Thayer (2002) demonstra que a universidade, idealizada como um espaço privilegiado de produção de conhecimento, tem se transformado em uma fornecedora de mão de obra para um mercado cada vez mais competitivo. Assim, pode-se considerar que a crise da universidade moderna está diretamente relacionada à sua capacidade de manter uma postura crítica. Quando se constata a perda de sua potência, admite-se, conseqüentemente, a ascensão do grande mercado

em seu lugar. Dessa forma, a universidade se encontra despoticizada. Diante disso, questionamos: quais são os efeitos desse declínio sobre o professor universitário?

## 2 O PROFESSOR PRIVADO DE ENUNCIAR-SE E A “SONORA MORDAÇA”

O discurso pedagógico tradicional visava educar o homem e a mulher contra a corrupção do mundo. Essa pedagogia, ainda criticada, submetia o sujeito aos caprichos do mestre “sádico”, o professor que se apoiava nos outros autores - e, assim, considerava-se autorizado como portador de um saber e da verdade - e que se dirigia aos alunos como súditos. Como destacou Levin (2001), a escola como o “segundo lar” situava-se no centro da cena da educação e formação da criança, que respondia gradativamente às regras e implosões do professor, transformando-se num objeto a ser educado, ensinado, dominado, modificado e preparado para o mundo adulto.

No entanto, observamos que as transformações políticas no laço social contribuíram para a formação de sujeitos contemporâneos menos regulados pelas tradições. A maneira como a sociedade hedonista organiza nossas relações sociais nos leva a concordar com Serres (2013), que nos convida a refletir sobre o papel do estudante e do professor na atualidade: “Antes de ensinar o que quer que seja a alguém, é preciso, no mínimo, conhecer esse alguém. Nos dias de hoje, quem se candidata à escola, ao ensino básico, à universidade?” (p. 11). Ao formular essa pergunta, o autor já indica que, em cada nível de ensino, nossa tarefa primordial é compreender as características desses sujeitos. Assim, podemos considerar que nosso trabalho intelectual exige uma análise das condições sócio-históricas que contribuem para a constituição de novos sujeitos, submetidos, por sua vez, aos determinantes políticos, sociais e econômicos.

Seguindo a análise dessas mudanças estruturais que nossa sociedade atravessa, observamos que os modos de gerenciamentos do ethos corporativo, aplicado às instituições de ensino superior mercantil, produzem também diversas implicações: submissão do professor à lógica operacional, sentimento de perseguição e hipervigilância com espectro paranoide, além da desconfiança<sup>26</sup>, insegurança e incerteza, uma vez

<sup>26</sup> Durante nosso trabalho de campo, uma professora da área de saúde foi indicada para participar de nossa pesquisa. Mostrou-se receptiva, porém, após a entrevista, revelou sinais de “paranoia” através de mensagens para o WhatsApp, e-mails e ligações, insistindo e questionando se correria algum risco de ser demitida depois das declarações. Asseguramos-lhe a confidencialidade e reiteramos nosso compromisso conforme o estabelecido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

que a faculdade, comparada a um balcão de negócios, impõe manter o consumidor/aluno bem satisfeito, afinal essa é a alma do negócio. Desse modo, a faculdade deve cumprir a promessa da entrega do produto, o fetiche do diploma através de uma formação, de acordo com a propaganda nos outdoors, segundo a utilidade personalizada de cada “majestade”.

Dito de modo mais objetivo, criamos um sujeito que mantém uma relação direta com um objeto. Assim, de acordo com as premissas da economia de mercado, o valor de determinada coisa está em seu poder de venda, em sua rápida circulação. O diploma constitui-se um fetiche, pois pode ser customizado. Um dado de realidade pode ser observado nas propagandas em diversas mídias sociais sobre o acesso rápido às licenciaturas em tempo recorde, por exemplo “graduação a distância rápida”. Não nos surpreende que a palavra “rápida” apareça nesse contexto, pois é uma representante do mundo pós-moderno que se traduz na velocidade como as informações e os objetos ganham ou perdem seu valor.

Muniz (2018) mostrou a polêmica gerada pelo apresentador da Globo, Luciano Huck. Ele foi bastante criticado por protagonizar uma publicidade controversa de uma faculdade de São Paulo. Na campanha, o apresentador mostra uma frase sobre fazer uma segunda graduação em Formação Pedagógica: “Torne-se professor e aumente a sua renda”. Curiosamente, o enunciado complementar abaixo dizia: “Chegou o curso de Formação Pedagógica. Realize a 2ª Graduação...”. Muita gente acusou Huck de menosprezar os professores, como se a profissão fosse apenas um “bico”. Logo que a campanha foi publicada nas redes sociais, a própria faculdade (Anhanguera) decidiu retirá-la retratando-se publicamente.

O exemplo da propaganda mencionado anteriormente mostra, como destacou Gonçalves (2000), que “há um passo a mais: o fornecimento da mercadoria ‘sob medida’. O que você quer? Será fornecido”. Se essa pergunta se transforma em comando, que espaço ficará para quaisquer condições que modalizem a demanda? Será algo sem limites (p. 63)?

Esse modelo de “formação”, que orienta o discurso pedagógico contemporâneo, parte do pressuposto de que o professor deve manter-se fiel ao ideal de formação para a autonomia individual. Nesse sentido, cada aluno, de acordo com um modelo gerencial, deve submeter-se ao paradigma autoinstrucional. Dissemina-se a ideia de que todos precisam manter-se motivados, enquanto o “saber” deixa de estar sob a tutela de uma expertise. O professor, portanto, encontra-se em um processo de “descentração”. Assim, o ato de aprender passa a ser concebido como um

consumo de informações reforçado pela seguinte premissa: aprenda sem o mestre, sem medo e sem risco. Nesse contexto de massificação do ensino, o professor se tornou um mero executor de instruções pré-formatadas (Sena; Lajonquière; Pereira, 2023).

À medida que a universidade democratiza suas diversas formas de acesso, dissemina-se também a ideia segundo a qual deve-se universalizar os saberes, mas prescindir da palavra professoral (Sena, 2020b). Os professores que trabalhavam como horistas e participaram de nossa pesquisa relataram os diversos impasses vivenciados diante das formas de “mercadorização” da educação superior.

A professora Márcia<sup>27</sup>, que lecionava em um curso na área de ciências humanas, declarou uma situação vexatória com um aluno a tal ponto de ela solicitar sua demissão da instituição. Curiosamente, durante os períodos de entrevistas realizadas no trabalho de campo, a docente demonstrou interesse em conceder o relato verbal, chegando a agendar a entrevista em seu apartamento. Contudo, frequentemente desmarcava justificando os atrasos com razões como compromissos de trabalho, congestionamentos ou problemas de saúde. Apesar disso, ela gentilmente tentava remarcar, ainda que sem sucesso. Em determinado momento, confessou que se sentia desconfortável em rememorar os maus-tratos e o sofrimento decorrente da situação relatada posteriormente. Ainda assim, concordou em compartilhar a descrição do e-mail enviado ao coordenador do curso e à ouvidoria da faculdade:

Ontem tive graves problemas com alguns alunos da turma A do primeiro semestre noturno. O aluno Alfredo veio questionar novamente a minha exposição de conteúdo, já que fiz um cronograma de aulas colocando o conteúdo relacionado a cada dia. Porém, na aula anterior, resolvi fazer um debate para o entendimento de uma forma prática. Só que ele entendeu que eu não quis ministrar o conteúdo e incitei ódio entre os alunos! Para ele, e alguns outros [alunos], não tenho autonomia sobre como devo levar a aula nem como devo proceder. Esquecem que não é uma relação cliente-fornecedor, mas sim uma relação aluno-professor. Ouvi gritos, comentários desrespeitosos e grosseiros e, infelizmente, eu ainda não tenho experiência para lidar com esse tipo de situação. Em toda a minha vida acadêmica, jamais presenciei qualquer tipo de desrespeito parecido com o que eu sofri. Estou acostumada a ter trato pessoal com professores na graduação, quando há a oportunidade, e ainda mais acolhedor quando cheguei ao nível de pós-graduação, onde chamamos a professora X (pelo apelido), e temos contato direto com o coordenador. Destarte, acabo chegando à instituição com uma visão pessoal de como eu devo tratar o discente, porém parece que cometi um erro, pois entenderam que um tratamento cordial e amigável é como um tratamento de alguém que podem fazer o que quiser. Tenho tido problemas nas duas turmas do primeiro semestre, mas ontem foi o pior

---

<sup>27</sup> Nome fictício, assim como os demais.

dia. Chegou ao ponto tão absurdo que parecia que a qualquer momento eu iria ser agredida pelo aluno mencionado. Ele só sentou porque uma colega o puxou pelo braço e, já sentado, ainda queria ficar discutindo. Se o que vem ocorrendo é em razão da minha idade ou falta de experiência, então não me incomodaria em pedir demissão, e que seja substituída por alguém mais adequado. Não desejo causar mais infortúnios e, se essa for a única saída, eu aceito me retirar sem maiores problemas (Relato verbal, professora Márcia, 2017).

Considerando o longo relato, vamos extrair alguns enunciados problemáticos desse excerto. Iniciamos com a perda da “autonomia sobre como devo levar (ministrar) a aula”, ressentida pela professora ao sentir-se aviltada nas condições previstas pela liberdade de cátedra, porém questionada pelos alunos que protestam. Márcia mostra-se consciente de que a instituição é privada, quando assinala que os alunos agenciam-se como “cliente e fornecedor”, porém aponta as contradições dos discentes que “esquecem” que esse tipo de negócio não pode ser transposto para a relação entre professor-aluno, pois a docente está colocando como premissa o vínculo baseado em uma pedagogia relacional, uma relação que é dialética, contrariando a lógica do mercado na qual o “cliente tem sempre razão”.

Ainda insistindo nas filigranas dessa problemática, os alunos proferem “gritos, comentários desrespeitosos e grosseiros” contra a professora. A cena dantesca não parece compatível com a vida universitária, com as experiências de filiação na qual os jovens são convidados a vivenciar para transformar seus destinos e existências pessoais. Apesar da incoerência da postura adotada por uma parte dos universitários, as atitudes dos estudantes se coadunam com a lógica do consumo uniformizado e por uma luta de poder gozar, cada um, de forma integral e sem perdas, uma vez que a exigência do pensamento mais elaborado requer implicações subjetivas. As situações descritas refletem que:

Uma importante mudança social tem ganhado força neste século, repercutindo em todas as esferas sociais, em especial nas instituições educacionais. Evidencia-se uma tendência à horizontalização nas relações, o que implica numa mudança nos modos pelos quais os sujeitos lidam com as figuras de autoridade e de suposto saber, com o Outro. Fala-se em declínio do Nome-do-Pai, que é o significante fundamental dessa ordem simbólica que organiza e delimita o gozo. Com esse declínio, uma outra ordem ocuparia esse lugar (Fagundes & Almeida, 2016, p. 65).

Ainda sobre o raciocínio anterior, a professora quis inserir um debate como parte de sua estratégia didática sobre um tema fundamental para a formação daqueles estudantes, mas parte da turma considerou um desvio do conteúdo programático. A adesão estrita da professora ao programa

de ensino equivaleria manter a promessa/oferta de venda de um produto na perspectiva dos estudantes, mas desde que não lhes fossem exigido o trabalho do córtex pré-frontal. Podemos considerar que a aula expositiva na forma da educação bancária seria o almejado, sem dialética.

Embora não seja objeto de nossa pesquisa, não podemos desconsiderar o fato de que são alunos do turno noturno, logo trabalhadores. Tal observação implica não desconsiderar as lutas de classes e o modo como a democratização do acesso ao ensino superior através das instituições privadas disseminam a ideia segundo a qual o diploma está pulverizado, *à la carte*. Desse modo, como o público majoritariamente é de classes populares, dever-se-ia exigir muito menos. No entanto, o exercício de debater ideias, trocar pontos de vista e exercitar a crítica, segundo o espírito universitário de nossa época, seria considerado uma exigência demasiada para aqueles espíritos fatigados, que buscam a universidade como um trampolim para ascenderem socialmente. Desse modo,

não é por acaso que a prática dominante assenta-se na teoria da ação antidialógica, buscando coisificar o outro, torná-lo objeto. As marcas de tal postura originam cenários onde imperam, no âmbito político, a "cultura do silêncio" e o autoritarismo e, no âmbito educacional, o "treinamento" de sujeitos que são ensinados a obedecer, e não a fomentar a sua curiosidade em relação ao mundo. A consequência disso é um processo de cisões profundas no tecido social, pois a desigualdade social é deletéria para as práticas autenticamente democráticas (Pereira, 2011, p. 69).

A busca pela ascensão social está sendo possibilitada sem que seja necessário investir na formação intelectual, tão árdua do ponto de vista das exigências próprias da função da universidade. Essas transformações nos fins da universidade levam a conjecturar que a profissão do professor universitário se encontra sob ameaça. É bem provável que o atual modelo de docente pautado na transmissão de conteúdos não consiga mais se sustentar, uma vez que observamos uma queda do Pai imaginário, aquele que amparava a ideia de que o lugar do saber era a instituição escolar e a figura do professor. O declínio dessas imagens que orientam a ordem simbólica está em crise, assim como seus semblantes (Fagundes & Almeida, 2016).

Com esse cenário, a universidade vai definhando a justificação para continuar a ser escrita com letra maiúscula. A análise de determinados contextos permite constatar que, dolorosa e paradoxalmente, hoje não podemos esperar atitudes edificantes de uma instituição criada para ser um dos poderes e referências espirituais da sociedade. Apaga-se nela a consciência dessa obrigação e aumenta-se a cegueira da traição. Muitos

universitários agem como extraterrestres de si mesmos, renunciam ao exercício do intelecto, à transparência das palavras e condutas; engrossam o grupo dos ladinos, peritos em driblar os princípios que apregoam (Bento, 2019).

A situação vexatória e desrespeitosa da parte de alunos e a dificuldade de manejo da professora culminaram no pedido de demissão de Márcia, com a justificativa de que era jovem e não teria idade suficiente, além de “falta de experiência”. Ela enunciou assim: “Não desejo causar mais infortúnios, e, se essa for a única saída, eu aceito me retirar sem maiores problemas”. Ademais, informa ao coordenador do curso que ela poderia ser “substituída por alguém mais adequado”. Chama nossa atenção que não se trata de competências para o exercício da docência, já que a substituição da docente pode ser rapidamente solucionada por uma nova contratação. Isso implica que há alguns dispostos, pelos motivos diversos, a entrar e permanecer na montagem da “perversão do laço formativo” (Sena, 2020b, p. 425).

Em geral, os professores são demitidos por não seguirem o *modus operandi* da estratégia neoliberal aplicada ao mercado educacional. A professora Márcia optou por romper esse ciclo considerando um dado de realidade, visto que estava iniciando-se na docência. Outro aspecto importante é que, por trabalhar como profissional liberal, ela provavelmente contava com outra fonte de renda, diferente de outros professores que lecionam em turnos opostos ao trabalho para complementar a renda. Esse fator pode ser considerado decisivo na permanência ou no desligamento de uma instituição, pelos “benefícios” que ela pode oferecer.

Retomando nosso estudo sobre essa temática, já demonstramos anteriormente que a docência, mesmo que precária nesses estabelecimentos mercantilizados, funciona como um trampolim para a aprovação posterior em concursos públicos. Após submeter-se a diversas injúrias e escárnios, um professor enviou-me um e-mail, seis meses depois da entrevista, dizendo: “Consegui sair daquele inferno [faculdade] e fui aprovado em um concurso”. Nesse contexto, a experiência docente em instituições privadas mercantilizadas permitiu ao professor alcançar uma posição mais elevada na carreira do magistério superior, beneficiando-se das proteções e garantias asseguradas pela lei aos servidores públicos.

Apesar da depreciação e da precarização do trabalho docente, o professor realiza uma espécie de cálculo neurótico, pois renuncia à sua singularidade a ponto de aceitar submeter-se ao prazer imposto pelo Outro do mercado

capitalista (Sena, 2020b). As condições e contingências (im)postas pelas instituições de ensino superior estritamente mercadológicas requerem que o professor tenha sua função deslocada, exigem um mestre complacente como um instrumento de todo o processo. Aqueles que se submetem também podem sentir-se aliviados em poder responder às demandas que lhe conferem um lugar de semelhante, como um assessor, porém paga-se ao padecer sob o controle da busca da homogeneização e satisfação do gozo do aluno/consumidor. Assim, se há um alívio da responsabilidade de um fracasso, o qual pode ser compartilhado entre alunos e professores, nem todos podem livrar-se do peso e das implicações de suas relações com o gozo. Esse gozo será, de alguma forma, (re)embolsado pelas promessas feitas pelas instituições, que oferecem aos professores possibilidades – ainda que precárias – de exercer a docência por meio de horas-aula, planos de saúde e odontológico, além da participação em propagandas, entre outros. O professor passa a integrar a linha de produção, ocupando múltiplos papéis.

A promessa de profissionalização, sustentada pelo acesso mais democrático à universidade e que incentiva jovens a buscar uma suposta “estabilidade profissional”, exige do professor uma postura de técnico burocrata, sob a condição de ser expropriado de seu pensamento crítico. De acordo com essa equação, o docente assegura o funcionamento da engrenagem do sistema perverso (Sena; Lajonquière; Pereira, 2023). No entanto, ele é destituído de enunciar-se em nome próprio, afinal a adesão à objetividade da cartilha neoliberal na educação requer a negação da subjetividade. Essas práticas de controle dos corpos e dos enunciados dos professores, tanto da parte dos alunos como da parte da instituição, quando demandam que o professor siga estritamente a metodologia institucional, não acontecem sem produzir efeitos colaterais através de sonoras mordanças que silenciam e expropriam o professor.

Empregamos a expressão “sonoras mordanças” em alusão a Sartre (2022) quando prefaciou “Os condenados da terra”, de Frantz Fanon. Sartre mostrou que o colonizado, quando era integrado à metrópole do colonizador, retornava para suas origens venerando a elite, como se admira a mãe. Mas:

a elite europeia empenhou-se em fabricar um indigenato de elite; selecionava adolescentes, gravava-lhes na testa, com ferro em brasa, os princípios da cultura ocidental, metia-lhes na boca *sonoras mordanças*, palavras pastosas que grudavam nos dentes; então, depois de uma breve estada na metrópole, eles eram mandados de volta para seu país, adulterados (Sartre, 2022, p. 331; grifo nosso).

As “sonoras mordanças” assumem vários semblantes institucionais quando as transpomos para o trabalho do professor universitário. Em relação à professora Márcia, seus enunciados e a liberdade de cátedra foram cerceados pelos próprios estudantes. Ademais, o trabalho majoritariamente horista dos professores fragiliza os laços de cooperação, uma vez que esses professores se mostram preocupados, de fato, com a garantia da sobrevivência. Os diversos vínculos institucionais testemunham a fragilidade de engajamentos. Silencia-se o mal-estar institucional sob o risco de destituição e demissão, mas os sintomas na forma de queixas são deslocados para a heterogeneidade do alunado, as dificuldades dos estudantes com a falta de domínio minimamente com a norma culta da língua portuguesa, as burocracias institucionais, além da cultura de Ensino Médio, que ainda persiste em alguns adultos que não compreendem o ofício do universitário. Outro fato curioso é que os alunos mencionados anteriormente são porta-vozes e sintomas do “neoliberalismo escolar” (Laval, 2019), que regula o tecido social.

Advertimos aos leitores que não estamos promovendo generalizações, e sim observações do cotidiano da docência nesses estabelecimentos.

Para compreendermos as mutações que vêm sendo produzidas em nosso laço social, é preciso observar, como fez Lacan, que “a referência de um discurso é aquilo que ele confessa querer dominar, querer amestrar. Isso basta para catalogá-lo em parentesco com o discurso do mestre” (Lacan, 1969-70/1992, p. 72). Com o declínio da ordem simbólica que faz contenção ao gozo, ascende o mestre capital. Esse mestre nos amestra sob a incidência de um modelo de gestão neoliberal que tem seu próprio *modus operandi* e, com efeito, contribui para deflacionar o estatuto simbólico da palavra professoral.

A democratização do acesso ao ensino superior, sobretudo pelo caminho das instituições privadas, favorecera a redução das desigualdades. Não duvidamos do gesto de criar condições para que o laço social se torne menos segregador. No entanto, os “gritos” dos alunos em forma de protesto à didática da professora colocam em questão o apagamento da diferença entre professor e aluno. Essa cena revela o abuso de poder do estudante na forma de suposto detentor do direito de reclamar em sua condição de ser consumidor. Parafraseando Singly, citado por Lebrun (2008, p. 200), “todo indivíduo, jovem ou não, é consagrado ‘rei’ numa sociedade individualista”. O “rei” é sempre despótico e pratica suas violências justificadas por seus privilégios.

### 3 AS AMEAÇAS COTIDIANAS NA SALA DE AULA E A AUTORIDADE ERODIDA

A batalha por conquistar mais alunos - eles são precificados e identificados como "ticket médio" nos balanços patrimoniais - e a quantidade de novas matrículas são determinantes para a valorização dos ativos das empresas educacionais. Por um lado, elas abocanham fatias cada vez maiores e diversificadas do "mercado" educacional, impondo uma série de diretrizes para a educação e suas finalidades; por outro, a qualidade, a formação, a remuneração, as condições de trabalho e os direitos também entram como variáveis a serem neutralizadas (Camargo, 2021). Lacan (1972-73/1985, p. 132) tinha presumido, com a ascensão do discurso do capitalista, que tudo seria resumido de acordo com a visão de Marx, em um valor de troca. O discurso do capitalista rejeita o ser, despreza-o, há um "despreço" pelo sujeito, embora seja aquele "o que faz preço-único". O neologismo "despreço" forjado por Lacan mostra a verdadeira face do "novo espírito do capitalismo", que, segundo Dufour (2005, p. 200),

persegue um ideal de fluidez, de transparência, de circulação e de renovação que não pode conciliar com o peso histórico desses valores culturais. Nesse sentido, o adjetivo "liberal" designa a condição de um homem "liberado" de toda ligação a valores. Tudo o que remete à tarefa transcendente dos princípios e dos ideais, não sendo conversível em mercadorias e em serviços, se vê desacreditado.

Podemos considerar que os alunos comparados ao "ticket médio", mas transformados em clientes do mercado educacional, tornam-se sujeitos de direitos. Desse modo, cada um também recebe a mensagem indireta de que eles têm o direito de denegar a frustração e contam com o privilégio sob a forma de imperativos de que não poderão ser contrariados. Logo, qualquer exigência que contrarie seu direito ao gozo pode ser caracterizada como uma afronta. Assim, "estudar e aprender vai contra esse imperativo quando exige que os sujeitos paguem com sua castração, com sua falta. Afinal, aprender verdadeiramente dá trabalho, é um doloroso exercício de castração" (Fagundes & Almeida, 2016, p. 81).

Nesse contexto, o professor, uma vez precarizado pelas razões já mencionadas anteriormente, receia também a demissão, embora, do ponto de vista subjetivo, alguns já se encontrem destituídos de sua autoridade. Sabemos que, como defendia Arendt (2022), "se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, pois, tanto contrapondo-se à coerção pela força como à persuasão através de argumentos" (p. 157). A equação que podemos estabelecer a partir dessa evidência apontada pela filósofa é a seguinte: se declina a imagem do professor como indício

de autoridade e os sujeitos encontram-se em dificuldades para regular o próprio gozo, a função política da palavra fracassa, e logo o que pode aparecer, sem mediação simbólica, é o ato em suas diversas formas de manifestação de destituição do outro enquanto alteridade através da passagem ao ato.

Nesse contexto em que os alunos são considerados “ativos das empresas educacionais”, o professor Mateus se mostrou extremamente mobilizado diante das ameaças de morte e agressão dirigidas a ele por um aluno cujo nome não constava na lista de avaliação, mas que insistia em realizar uma prova. O acontecimento foi assim relatado para a coordenação do curso:

Quando o aluno Marcos tentou pegar a prova final para fazer, eu disse que não seria possível, pois, até aquele momento, ele não era “oficialmente” meu aluno, pois seu nome nunca constou na lista de alunos da turma A. Nesse momento, ele começou a gritar comigo e disse que era da família X (que supostamente pertencia ao Poder Judiciário) e que, se eu não o deixasse realizar a prova, poderia aparecer morto no estacionamento da faculdade. Eu, então, solicitei que ele saísse da sala, pois estava atrapalhando a realização da prova. Mais uma vez ele disse que não sairia e que queria ver se eu iria tirá-lo a força. Eu tive que recolher as avaliações que estavam com os alunos e suspender a aplicação da prova. Em seguida me dirigi à sala da coordenação e fui seguido por ele. Quando passei pelo segurança, na entrada da sala dos professores, solicitei ao mesmo que não o deixasse entrar, todavia o aluno empurrou o segurança e logo após me empurrou para conseguir entrar na sala dos professores, para falar com o coordenador. No período de aproximadamente uma hora, esse aluno entrou e saiu da sala dos professores por várias vezes, e o segurança disse que não poderia impedir o aluno de entrar. O aluno dizia querer falar comigo, mas apenas do lado de fora da sala dos professores e então ficou passando para lá e para cá na frente da bancada das mesinhas do apoio ao professor, até que desistiu e foi embora. Porém, antes de sair, disse que voltaria à noite para fazer a prova comigo. Ao sair da faculdade, no final da manhã de hoje, fui até a delegacia registrar um boletim de ocorrência por crime de ameaça. (Relato, professor Mateus, 2017).

O relato destacado apresenta algumas nuances que merecem ser examinadas em seus pormenores. Destacamos quatro aspectos principais: primeiro, as relações de poder do estudante que supostamente contava com uma rede de privilégios, como sua referida família que pertencia ao Poder Judiciário; segundo, a ameaça de morte do professor diante do não cumprimento de cessão do direito de realizar a prova; terceiro, a destituição do segurança patrimonial, que não conseguiu minimamente estabelecer uma barreira de limite; e, por fim, a função simbólica do boletim de ocorrência, que cumpriria o papel de salvaguardar o professor do ponto de vista jurídico, embora não tivesse de fato garantias de sua efetividade e proteção diante dos indícios de insegurança pessoal e institucional. Nessa direção, ao reconhecer a fragilidade do outro a partir do contato

com o aspecto traumático da própria fragilidade narcísica, o professor tem condições de operar um recuo diante da agressividade do aluno e se colocar numa posição de mutualidade e reconhecimento. Ao também perceber-se como objeto, tanto de uma violência objetiva, econômica quanto de uma violência estrutural, do mal-estar inerente à educação, e rompendo um ciclo narcísico de identificação com o agressor, é possível ao docente escapar de uma violência sorrateira, sádica e mórbida: aquela que denega a falta de oportunidades e o sofrimento psíquico dos sujeitos mais vulneráveis. Isso não significa posicionar-se apenas como vítima, mas como alguém que busca uma trajetória ética e fraterna, jamais indiferente (Arreguy & Montes, 2019).

O desrespeito ao segurança, bem como a medida judicial tomada pelo professor diante da iminência de uma ameaça contra sua própria vida, embora ainda não pudesse ser considerado uma passagem ao ato, revela como prevalece, em nossa sociedade, o declínio do Nome-do-Pai, do Outro. As instâncias jurídicas, que têm a função de reafirmar a castração, mostram-se vacilantes e enfraquecidas. Nesse sentido, "inferimos que o pai imaginário cedeu, não conseguiu sustentar o pai simbólico, deixando um vazio que foi ocupado pelo Supereu. Com isso, perdeu-se o sentido, e o gozo assumiu o seu lugar" (Fagundes & Almeida, 2016, p. 82). Para Lacan (1948/1998, p. 107), "a agressividade intencional corrói, mina, desagrega; ela castra; ela conduz à morte".

Para Lebrun (2008), a crise geral de legitimidade impacta tanto a sociedade quanto as instituições de ensino, resultando, entre outros efeitos, no apagamento de toda a hierarquia de lugares. Nesse contexto, a educação não pode ignorar a autoridade nem a tradição, ainda que deva se desenvolver em um mundo que não é estruturado pela autoridade nem reservado à tradição. Ao retomarmos o enunciado "você sabe com quem está falando?", feito em tom de ameaça pelo aluno e dirigido ao professor, observamos uma situação de extrema violência simbólica, mas demasiadamente trivial da cena brasileira, na qual alguém age com base em determinados privilégios. A pessoa se considera livre para praticar violências e humilhações ao modo do que convencionamos chamar de "jeitinho brasileiro", para levar vantagens. Trata-se de uma prática histórica utilizada em nossa sociedade bastante desigual, que tem como função tanto auxiliar uma pessoa em situação difícil, buscando beneficiá-la, como praticar a subordinação. Em se tratando de Mateus, embora coagido, o professor registrou um boletim de ocorrência como forma de contestação e não alienação ao *modus operandi* praticado por diversas instituições

que solicitam, através de seus coordenadores, que seus professores se silenciem.

Para Fagundes e Almeida (2016), o chamado desrespeito à figura do professor, bem como ao seu saber, está associado ao declínio da autoridade. Durante séculos, a autoridade da instituição educacional e a do professor foram sustentadas pelo ideal de saber e pela ameaça de punições diversas, incluindo-se a exclusão daquele espaço suposto como muito precioso. No entanto, o declínio da ordem simbólica como efeito da incidência do discurso do capitalista e a ascensão do discurso da ciência contribuíram para promover uma desordem, fazendo, desse modo, surgir um novo real. As autoras concluem:

A cultura contemporânea tem provocado uma fragilização do Nome-do-Pai com incidência na subjetividade de sujeitos desorientados, angustiados, desbussolados, realmente à deriva. Já não possuem mais a conexão com a história, com a tradição, com o passado, ficando, assim, sem referência. Tampouco se orientam para o futuro, não se preocupam em fazer história para as próximas gerações, agem como se a história e o mundo fossem acabar junto com eles. Por isso têm o foco no presente, é no aqui e agora que têm de viver e de serem felizes, divertindo-se ao máximo (Fagundes & Almeida, 2016, p. 69).

Diante desse cenário, somos convidados a analisar as ameaças e as violências não apenas centrados na evidência que o fenômeno apresenta, mas também no indivíduo que perpetra o ato violento. Pensar a violência para além das nuances que a tornam tão evidente em nossos dias, sendo ela um fenômeno global, leva-nos a não esquecer de vê-la com uma intencionalidade que não se apresenta completamente oculta ao sujeito; pelo contrário, pode evidenciar um desejo deliberado em infligir uma vontade pessoal sobre o outro ou sobre aquilo que se deseja modificar (Lima & Pereira, 2024). Seguindo o raciocínio dos autores, a violência na educação pode ser analisada na perspectiva do aniquilamento do outro, mas outra face seria o protesto contra as formas instituídas.

Ao retomarmos o caso do professor Mateus, suspeitamos que a ameaça de agredi-lo dirigida pelo estudante seria uma resposta à frustração que lhe foi gerada por razões institucionais, pois seu nome não constava na lista de chamada. Essa resposta do aluno na forma de “protesto” mostra outra filigrana da heterogeneidade do novo público de universitários menos subalternos (mas, nem por isso, mais emancipados), que estão dispostos, ainda que consideremos precária a falta de mediação da palavra, a buscar formas de não se manterem mais silenciados, atestando que toda e qualquer autoridade docente pode ser posta em xeque.

Refletir sobre a violência na contemporaneidade e, em especial, na universidade exige acuradas ponderações, principalmente se nos ativermos à efervescência do fenômeno nas instituições educacionais. Para analisar a pulsante presença do fenômeno nas instituições de ensino, podemos apreciá-lo em uma esfera macrossocial, uma vez que acreditamos apresentar-se nos estabelecimentos de ensino de maneira mais molecular, sendo a projeção do que já se encontra posto na sociedade (Lima & Pereira, 2024).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes modos de violência simbólica e de outras formas de agressões físicas e morais e as ameaças analisadas a partir dos relatos feitos pelos professores universitários, no contexto de instituição mercantilizada, parasitam os espíritos dos docentes, provocando a demissão subjetiva e a institucional. Ademais, geram medo e pânico a tal ponto que o recurso à judicialização surge como suplência diante do declínio da autoridade, comprometendo-se, assim, as funções da universidade na promoção da formação do senso crítico.

Essa violência generalizada, em suas formas simbólicas e concretas, produz tensões na própria transmissão feita pelo professor diante de estudantes que não correspondem à postura mais convencional e tradicional esperada de um universitário. Estamos sinalizando aqui a falta de pudor e o esgarçamento do respeito, condições necessárias para a relação acadêmica entre professores e alunos. Tal despudor e desrespeito são emblemas de como a autoridade epistêmica de docentes nos dias de hoje vem sendo radicalmente confrontada, deslocada, erodida e rebaixada. Professores não mais encontram apoio num passado supostamente estável – ainda que repressor – para o exercício de seu governo nem modos sacralizados institucionalmente para evitar violências e ameaças contra si mesmos. Em nossos tempos, docentes de inúmeras universidades mercantilistas precisam fazer um esforço considerável para que seu lugar, sempre em risco de destituição, assegure-lhes alguma autoridade, disciplina e estímulo aos estudos.

Há cotidianamente um exercício esmerado para restituir o lugar discursivo, apagado pelo empuxe neoliberal de instituições sobremaneira privadas, pela “lógica de gestão por objetivos ou lógica de competência de carácter corporativo” (Pereira; Lo Bianco; Moyano, 2019, p. 133), por políticas públicas que privilegiam tal empuxe, por condições de

trabalho desmobilizadoras, como também e sobretudo pelo escárnio, apatia, despudor, desrespeito e violência da parte do alunado-cliente. Diante desse quadro, muitos professores desdobram-se para estudar novas prescrições formativas e modalidades de planejamento, desenhar metodologias e estratégias de ensino menos tradicionais, buscar aquecer as aulas com novas tecnologias educacionais e novas “criações” dos modismos pedagógicos, bem como estabelecer práticas avaliativas menos ortodoxas, de acordo com alguma teoria efêmera que contagia, de tempos em tempos, o meio educacional. Mas a realidade é precária e não está a seu favor.

Ao portarem-se assim, docentes demonstram o quanto sua autoridade epistêmica está contra a parede. Na realidade, eles selam o destino colonial ao qual foram induzidos pela universidade hodierna e suas sonoras mordanças. Como afirmam Pereira, Paulino e Franco (2011), seu ato não deixa de desembocar num certo cinismo social, pois, quando evocados, os professores devem, a seu modo, apresentar-se como autoridade epistêmica, mas, se assim o fazem, correm o risco de sofrer escárnio, violência e oposição. As pedagogias corporativas, ao contribuírem para colocar em suspensão parte dessa autoridade de professores, parecem tê-los abandonado, como também seus alunos, à sua própria sorte.

Se fizerem bem esse exercício e se souberem desviar da violência lançada contra si; enfim, se puderem driblar a atual crise de autoridade e o empuxe neoliberal que as institui, é possível que possam alongar sua sobrevida por um tempo maior que o insuficiente – dirão os autores. Porém, isso não lhes tira propriamente a precariedade do seu cotidiano. Nem mesmo uma esmerada formação pode ser vista como garantia de alguma redenção.

## Referências bibliográficas

Arendt, H. (2022). *Entre o passado e o futuro*. Perspectiva.

Arreguy, M. E., & Montes, F. F. (2019). Ferenczi e a educação: desconstruindo a violência desmentida. *Estilos Da Clínica*, 24(2), 246-261. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i2p246-261>

Bento, J. O. (2016). *Abalos na torre de marfim: descaminhos e desatinos da universidade*. Editora UNICAMP.

- Bento, J. O. (2019). Ainda existe a Universidade? Um retrato da universidade hodierna. *Revista Contemporânea de Educação*, (14), 29, 115-135. <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.20876>
- Camargo, G. (2021). *A expansão desenfreada do setor mercantilista de educação*. Extra Classe. <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/12/a-expansao-desenfreada-do-setor-mercantilista-de-educacao/>.
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 2003, 5-15. <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>.
- Dourado, L. F., & Moraes, K. N. (2020). A educação superior pública: expansão, democratização e novos desafios. In I. P. A. Veiga, & R. C. Fernandes (Orgs.) *Por uma didática da educação superior* (pp. 3-40). Editora Autores Associados.
- Dufour, D. R. (2005). *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Companhia de Freud.
- Fagundes, C., & Almeida, S. F. (2016). A Nova Ordem Simbólica e suas repercussões na função docente, no Ensino Superior. In C. P. de Medeiros, & S. F. C. de Almeida (Orgs.) *Psicanálise implicada: educar e tratar o sujeito* (pp. 65-89). Juruá.
- Gonçalves, L. H. P. (2000). *O discurso do capitalista: uma montagem em curto-circuito*. Via Lettera.
- Lacan, J. (1998). A agressividade em psicanálise. In *Escritos* (pp. 104-125). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original proferido em 1948).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original proferido em 1969-1970).
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 20: Mais ainda*. Jorge Zahar Editor. (Trabalho original proferido em 1972-1973).
- Laval, C. (2019). *A escola não é empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo.
- Lebrun, J. P. (2008). *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Campo Matêmico.

- Levin, E. (2001). *A função do filho: Espelhos e labirintos da infância*. Editora Vozes.
- Lima, P., & Pereira, M. R. (2024). Violência, educação e sociedade: do que se queixa a escola? *APRENDER - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação*, (31), 15-30. <https://doi.org/10.22481/aprender.i31.14568>.
- Muniz, J. (2018). *Faculdade pede desculpas após propaganda polêmica com Luciano Huck*. <https://etecmarketing.wixsite.com/compartilhandomkt/post/faculdade-pede-desculpas-ap%C3%B3s-propaganda-pol%C3%AAmica-com-luciano-huck>.
- Nóvoa, A. (2019). O futuro da universidade: O maior risco é não arriscar. *Revista Contemporânea de Educação*, (14), 29, 54-70. <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.2171>
- Pereira, M. R., P. B., & Franco, R. (2011). *Acabou a autoridade? Professor, subjetividade e sintoma*. Fino Traço/Fapemig.
- Pereira, M. R., Lo Bianco, A. C., & Moyano, S. (2019). La dimisión subjetiva de docentes en el Brasil: incidencias de la formación y de las condiciones de trabajo (dossier). *Revista Estado y Políticas Públicas*, 7 (13): 129-143. <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/15850>.
- Pereira, T. I. (2011). Classes populares no ensino superior brasileiro: desafios políticos e pedagógicos. In B. Dirceu (Org.) *Universidade e suas fronteiras* (pp.65-86). Outras Expressões.
- Quiroga, F. L. (2023). A educação pública sob ameaça: os perigos da corrida mercantilista na educação superior a distância. *Jornal de Políticas Educacionais*, 17, e89538. <https://doi.org/10.5380/jpe.v17i0.89538>
- Sartre, J. P. (2022). Prefácio à edição original francesa de 1961. In F. Fanon (Org.) *Os condenados da terra* (pp. 331-356). Zahar.
- Seki, A. K. (2021). *O capital financeiro no ensino superior brasileiro (1990-2018)*. Editora em Debate.
- Sena, I. J.; Lajonquière, L. de, & Pereira, M. R. (2024). Mal-estar docente na universidade mercantilista: novo negócio e antigo apartheid. *APRENDER - Caderno De Filosofia e Psicologia da Educação*, (31), 250-268. <https://doi.org/10.22481/aprender.i31.13922>

- Sena, I. J., Pereira, M. R., & Lajonquière, L. de. (2023). O ensino híbrido na universidade e o lugar de enunciação do professor na formação acadêmico-profissional. *Educação em Revista*, 39, 1-17. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/38596>.
- Sena, I. J. (2021). O mercado universitário e a exploração de jovens de origem popular. In M. S. Vasconcellos (Org.) *Vulnerabilidades na contemporaneidade: territórios, humanidades e violações de direitos sociais*. Mente Aberta, 2021. p. 192-206.
- Sena, I. J. (2020a). *Os impasses do ensino superior privado brasileiro: o professor e a perversão do laço formativo* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais/Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis, Belo Horizonte/Paris.
- Sena, I. J. (2020b). A controversa democratização do acesso ao ensino superior privado: o que dizem os professores na berlinda. *Estilos Da Clínica*, 25(3), 423-438. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i3p423-438>.
- Serres, M. (2013). *Polegarzinha*. Bertrand Brasil.
- Souza, J. V., & Santos, M. G. Desafios e dilemas da educação superior na economia do conhecimento. *Em Aberto* (36), 116, 73-83. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.36i116.5499>.
- Thayer, W. (2002). *A crise não moderna da universidade moderna*. Editora UFMG.